I. Elementos Contributivos

QUALQUER PESSOA QUE tenha ouvido falar de nossa batalha jurídica com Dom Lefebvre e a FSSPX sabe que ela começou sob a forma de uma espécie de controvérsia teológica. Mas muito antes de sermos confrontados no tribunal com nossos antigos confrades, havia pelo menos quatro elementos em jogo que influenciariam o curso dos eventos.

1. Os padres mais antigos entre os Nove acreditavam que a FSSPX era simplesmente um meio de combater o modernismo e que, assim como outras organizações após o Vaticano II, a FSSPX também poderia ser dissolvida.
2. A posição teológica notavelmente mais flexível que Dom Lefebvre adotou em relação a "Roma" após a morte de seu velho inimigo Montini (Paulo VI) em 1978, e o fato de João Paulo II ter encantado o arcebispo ao buscar um compromisso por meio de negociações futuras.
3. A confusão sobre a natureza da FSSPX como organização.
4. A incoerência na prática da posse de propriedades.

A. O Estado de Espírito dos Nove

Em minha opinião, o principal elemento que preparou o terreno para a batalha jurídica foi a "mentalidade" dos Nove, especialmente de seus cinco membros mais antigos: os padres Kelly (ordenado em 1973), Sanborn (1975), Dolan (1976) e eu mesmo (1977).

Nossas trajetórias pessoais eram notavelmente semelhantes. Fomos criados na Igreja anterior ao Vaticano II e entramos no seminário em diferentes lugares do país, onde testemunhamos os efeitos desastrosos das mudanças do Vaticano II. Todos éramos lutadores que enfrentavam continuamente os modernistas em nossos respectivos seminários e na hierarquia antes de finalmente nos unirmos a Dom Lefebvre em seu seminário em Écône, na Suíça.

No meu caso pessoal, essa jornada levou dez anos. Se o Vaticano II não tivesse ocorrido, eu não teria nenhum interesse em me juntar a Dom Lefebvre ou sua organização. Não fui a Écône porque estava atraído pelo "santo arcebispo" e pelo "espírito" de sua sociedade. Fui lá porque eu odiava o modernismo e queria ser padre para combater essa praga em todos os seus aspectos.

De fato, em uma conferência, Dom Lefebvre admitiu que isso era provavelmente o caso da maioria de nós; em condições normais, dizia ele, a maioria de nós teria escolhido ser jesuíta, beneditino, dominicano ou padre diocesano, em vez de membro da Fraternidade.

Além disso, antes de Écône, eu havia visto muitos outros santos padres e prelados, assim como instituições muito mais impressionantes e veneráveis do que a FSSPX, capitularem, dissolverem-se ou se unirem entusiasticamente ao campo inimigo. Se o "Bispo de Ferro" de Écône fizesse o mesmo um dia, isso não seria uma total surpresa, mas eu não continuaria com ele.

Assim, quando nós, os padres mais antigos, fomos ordenados e começamos a organizar grupos de fiéis católicos em capelas tradicionais em todo os Estados Unidos durante os anos 70, não considerávamos nosso apostolado como uma extensão da obra de Dom Lefebvre e da FSSPX, ou mesmo como uma preservação da "Missa em Latim". Para nós, era uma obra de combate contra os hereges e de fornecimento dos sacramentos válidos.

Desde o início, fomos claros sobre isso com os fiéis de todas as missões que fundamos. O padre (agora bispo) Dolan (que fundou mais de 30 missões enquanto estava na FSSPX) sempre fazia uma declaração de princípio aos católicos que o convidavam para uma cidade. Ele explicava que a Igreja Conciliar era uma falsa religião que ensinava heresia, que Paulo VI não era realmente papa, e que os sacramentos conferidos pela Igreja Conciliar eram inválidos na maioria dos casos. Essa era a mensagem que proclamávamos continuamente do púlpito.

Para mim e os outros membros dos Nove, Dom Lefebvre e sua associação não eram nada mais na Igreja: um meio para um fim – a defesa da doutrina católica e a salvação das almas – e não um fim em si mesmos.

Portanto, caso o arcebispo e sua organização se rendessem ao inimigo (como já vimos com muitos outros), eles não teriam nenhum direito sobre nós e não precisaríamos lhe dever obediência alguma.

B. Novo Clima em Roma

O segundo elemento significativo que colocaria em cena nossa batalha jurídica com o arcebispo foi a mudança notável em sua "linha" após a morte de seu velho inimigo Montini (Paulo VI), a quem João Paulo II sucedeu em 1978, recebendo-o calorosamente. Embora não se possa negar que Dom Lefebvre fosse um anti-liberal e anti-modernista convicto, Dom Montini havia sido um inimigo pessoal quando o arcebispo fazia parte do corpo diplomático do Vaticano antes do Vaticano II. Mais tarde, Montini também tomou o partido dos liberais da hierarquia francesa contra o arcebispo.

Acredito que esse elemento adicionou combustível ao fogo quando a controvérsia sobre o seminário de Écône começou a se intensificar em 1974, o que levou Dom Lefebvre a escolher uma linha muito mais dura em muitas de suas declarações contra "Roma" e o Vaticano.

Para nós, americanos, as frases inflamadas do arcebispo eram música para nossos ouvidos quando, durante os primeiros anos da Fraternidade (1974-1979), entrávamos em Écône ou começávamos nosso apostolado como jovens padres. Assim, quando diversas crises surgiam, os liberais ou os brandos eram levados a deixar a Fraternidade (Declaração do Arcebispo em 1974, a repressão de 1975, o discurso no consistório de Paulo VI, a *suspens* do arcebispo em 1976 e a revolta do corpo docente em 1977), e a política interna da Fraternidade fazia com que os "duros" americanos fossem muito bem vistos. Da mesma forma, durante esses anos, as opiniões professadas pelo padre Dolan que mencionamos anteriormente não estavam distantes dos sentimentos que Dom Lefebvre expressou, sendo o corolário lógico.

Em 1974, por exemplo, o arcebispo declarou aos seminaristas de Écône que o problema com o Vaticano II não era apenas uma questão de *interpretação* de seu ensinamento – mas que o Concílio

ele mesmo ensinava erros. Naquele momento, Dom Lefebvre, que possuía um doutorado em teologia romana e era um membro proeminente da hierarquia, sabia, segundo o ensinamento católico, que um verdadeiro concílio convocado por um verdadeiro papa *não* poderia ensinar o erro; assim, de sua declaração aos seminaristas, podia-se inferir que o Vaticano II era um *falso* concílio e Paulo VI um *falso* papa(20). Outras declarações de Dom Lefebvre durante esse período favoreciam as mesmas conclusões – ou seja, a posição que nos anos 80 será conhecida como "sedevacantista"(21).

Que tais declarações fossem em parte motivadas pela animosidade pessoal do arcebispo em relação a Paulo VI não nos parecia óbvio na época. Mas isso se tornou claro quando Paulo VI morreu em agosto de 1978. Após a eleição de João Paulo II em outubro de 1978, Dom Lefebvre declarou que estava pronto para aceitar "o Vaticano II interpretado à luz da tradição". Em 18 de novembro de 1978, João Paulo II recebeu calorosamente o arcebispo, dando-lhe um abraço e assegurando que se encarregaria pessoalmente de resolver seu caso.

No início de 1979, esse programa chocou temporariamente quando o assunto foi submetido à Congregação para a Doutrina da Fé. O arcebispo teve que comparecer a uma reunião bastante insultante, na qual estava presente Dom Mamie, que havia dissolvido a Fraternidade, e durante a qual um dos participantes acusou Dom Lefebvre de "dividir a Igreja".

Provavelmente em consequência disso, nossas ações diminuíram ligeiramente em agosto de 1979, quando um grupo de nós, padres americanos, jantou com o arcebispo em Oyster Bay Cove, NY. Fui ousado o suficiente para perguntar-lhe se a liberdade religiosa era herética e sugerir o efeito que isso poderia ter sobre os papas após o Vaticano II. Dom Lefebvre teve uma pequena risada e disse: *“Não digo que o papa não seja o papa, mas também não digo que não se pode dizer que o papa não é papa”*.(22)

Naturalmente, isso nos deu esperança, nós, os duros. Essa esperança foi esfriada três meses depois, quando o arcebispo deu uma nova reviravolta. Em 8 de novembro de 1979, ele publicou “A Nova Missa e o Papa: a Posição Oficial da Fraternidade São Pio X”. O arcebispo rejeitava a noção de que Paulo VI fosse um herético e, portanto, um falso papa (o termo ‘sedevacantismo’ ainda não era usado) e dizia que a Fraternidade "recusa absolutamente entrar em tais raciocínios" e acrescentava que a Fraternidade "não pode tolerar em seu seio aqueles que se recusam a orar pelo Papa".

Assim, em maio de 1980, o arcebispo visitou o priorado de Oyster Bay Cove e expulsou três de nós (os padres Kelly, Dolan e eu). Na manhã seguinte, por uma razão desconhecida, o arcebispo mudou de ideia: Não, não precisávamos colocar o nome de João Paulo II no Cânon, afinal, disse ele; e, se pessoas lhe perguntassem qual era *sua* posição sobre o papa, deveríamos dizer a elas qual era, mas não precisávamos aceitá-la nós mesmos. Se por um tempo alimentamos a leve esperança de que o arcebispo poderia um dia se juntar à nossa posição (especialmente se algum oficial do Vaticano o insultasse o suficiente), ficou claro durante os anos seguintes (1981–1983) que ele seguia o caminho do compromisso e da negociação com os hereges modernistas. O abraço de João Paulo II exerceu sua mágica sobre o arcebispo e mudou a "atmosfera" em Roma. Mas não queríamos fazer parte disso, ou de qualquer união com os modernistas.

C. O que é a FSSPX?

Poder-se-ia pensar que qualquer pessoa pertencente à FSSPX seria capaz de responder a essa pergunta. Mas acredite-me, não é o caso, e a confusão a esse respeito abriu caminho para os processos.

Durante dois anos no seminário de Écône, nunca consegui saber o que *era* a FSSPX. Falava-se muito do "espírito da Fraternidade", mas nada sobre sua essência, exceto que ela havia sido "ilegalmente suprimida".

Em certo momento de sua história, a Fraternidade São Pio X começou a promover a noção de que ela gozava do status canônico de uma "sociedade de vida comum sem votos" — uma entidade que se assemelha a uma ordem religiosa segundo as leis canônicas. Exemplos conhecidos de tais sociedades incluem os Padres Maryknoll, os Padres Paulistas e os Oratorianos.

Mas essa reivindicação é bastante fantasiosa, para falar de forma caridosa. Como demonstrei em outro lugar, a FSSPX, em sua criação, não era nada mais do que uma "associação piedosa", uma entidade situada canonicamente abaixo de uma Confraria laica do Rosário ou de uma Sociedade de São Vicente de Paulo, e ligeiramente acima de uma Liga do Sagrado Coração.(23)

Nunca me deram uma cópia dos estatutos dessa organização quando eu era seminarista. Na verdade, eu nem sabia que tal documento *existia* enquanto estava em Écône. Eu só consegui uma cópia dos Estatutos da FSSPX por acaso quando cheguei a Nova York em 1979, dois anos após minha ordenação.

Como seminarista, assinei um "compromisso" na Fraternidade, um documento que dizia apenas "Eu dou meu nome à Fraternidade". As obrigações que isso implicava para o signatário, além da de ser um santo padre, não estavam indicadas. Para mim, era evidente que a assinatura desse documento não me dava nenhum direito de membro da FSSPX.

Era ainda mais evidente que Dom Lefebvre e os outros dirigentes não acreditavam que minha assinatura implicasse qualquer obrigação para comigo. Padre, seminarista ou irmão – todo membro da Fraternidade, percebi, poderia ser expulso sem apelação por simples notificação.

Houve duas versões dos Estatutos da FSSPX:

> - Os Estatutos de 1970(24) receberam a aprovação temporária do Bispo de Friburgo por um período de seis anos, e, portanto, foi a única versão que poderia reivindicar ter um status canônico – por seis anos.
> - Os Estatutos de 1976(25) (que descobri por acaso) deveriam ter sido estabelecidos por um "Capítulo Geral" realizado em Écône em setembro de 1976. Eles não tinham *nenhuma* força canônica, não tendo sido estabelecidos por ninguém que possuísse sequer uma *delegação* de autoridade canônica.

Os dois textos eram extremamente curtos e datilografados em espaço duplo: os Estatutos de 1970 continham 12 páginas e os Estatutos de 1976, 25 páginas. Eles consistiam essencialmente em exortações piedosas. Isso contrastava com minha experiência de uma *verdadeira* ordem religiosa, os Cistercienses. Lá, as obrigações que eu aceitava com meus votos eram absolutamente claras – expostas em detalhes em centenas de páginas na regra de São Bento, na Constituição Geral da Ordem, nas Constituições da Congregação de Zirc, e outros estatutos menores.

Neles também figuravam meus direitos como membro da Ordem e as obrigações de meus superiores de respeitá-los. Como cisterciense, tive dois anos de aulas semanais sobre esses assuntos.

Para mim, a única conclusão possível era que a FSSPX não era nada mais do que uma vaga associação de padres, seminaristas e irmãos que compartilhavam certos ideais. Devido ao desassossego dos católicos após o Vaticano II, a FSSPX havia sido criada e funcionava de forma improvisada em uma base *ad hoc*.

Se você discordasse de qualquer coisa da posição de Dom Lefebvre em um determinado dia, estava livre para partir, e ele também estava livre para te expulsar. Quando isso acontecia, você não tinha obrigações para com ele, e tenha certeza de que ele agia como se não tivesse obrigações para com você.

D. Mudanças nas “Políticas” sobre a Propriedade

Nem os Estatutos de 1970, nem os de 1976 continham regulamentações indicando como os edifícios utilizados pelos padres da Fraternidade deveriam ser detidos. A FSSPX começou como um organismo oficialmente reconhecido por um bispo diocesano e ficou assim durante os primeiros cinco anos de sua existência, reconhecendo que seus padres celebrariam a Missa nas paróquias diocesanas a convite do bispo local ou dos párocos.

Assim, os Estatutos não previam que a FSSPX possuísse e operasse uma rede de igrejas que lhe pertenciam de forma própria e independentemente dos bispos diocesanos.(26)

Nos Estados Unidos, a política (se é que havia uma) era inconsistente e sujeita a mudanças. Estou bem posicionado para saber, uma vez que, a partir de 1977, fui o Tesoureiro do seminário e do Distrito Nordeste, e, portanto, estive intimamente envolvido em todos os problemas financeiros e outros.

No início dos anos 70, várias associações religiosas com uma maioria de leigos (denominados "Amigos" da FSSPX) como líderes foram fundadas nos Estados Unidos para deter os títulos de propriedade das residências dos padres da FSSPX e das poucas pequenas capelas onde era celebrada a Missa. Da mesma forma, durante um longo período, o seminário de Écône foi detido por uma associação exclusivamente composta por leigos.

Deixar os padres da Fraternidade de fora das associações para ter uma maioria de leigos no conselho tinha como objetivo evitar uma situação em que os padres recebessem ordens para ceder o controle de uma propriedade ao bispo diocesano, ou mesmo a "Roma" (ou seja, ao homem que Dom Lefebvre pretendia reconhecer como papa).

As associações americanas foram organizadas segundo esses princípios por um consultor jurídico de Long Island que fora um apoiador de Dom Lefebvre por muito tempo. Embora devotado, esse *gentleman* não era especialista em sociedades, e sua incompetência trouxe alguns problemas fiscais graves com o IRS.

Após enfrentar sérios problemas com leigos que queriam dirigir as finanças das igrejas atendidas pelo clero da FSSPX (na Virgínia, Flórida, Texas e Califórnia), eu propus, ao contrário, que padres da FSSPX dirigissem *ex officio* as associações que detinham as diversas igrejas na América. Redigi uma estrutura jurídica com esse propósito e tentei implementar um programa para fazer esses princípios serem adotados. No entanto, o jurista que estabelecera as associações "Amigas" com a maioria laica reclamou que eu estava invadindo seu trabalho e resistiu.

Mas por volta de 1980, Dom Lefebvre (talvez inspirado por esse mesmo jurista) nos fez saber que os padres da Fraternidade *não deviam* estar envolvidos nas associações que detinham as propriedades. Portanto, informamos nossos fiéis no Michigan, Iowa e Pensilvânia que desejavam comprar igrejas que deveriam formar suas próprias associações de leigos e que não poderíamos nos envolver nisso.

Então, no final de 1982, o vento virou novamente. Agora, indicou-se que os superiores da Fraternidade deveriam controlar as associações que detinham as diversas propriedades. Associo essa mudança à eleição do padre Franz Schmidberger como sucessor de Dom Lefebvre à frente da FSSPX.

Assim, no início de 1983, recebi a visita do Tesoureiro Geral, o padre Bernard Fellay, que estava *extremamente* impaciente para que a mudança de direção das associações ocorresse o mais rápido possível. O Superior Geral deveria, de fato, *controlar tudo*.

Naquela época, alguns problemas maiores apareceram na Fraternidade. Concluí que a visita do padre Fellay era uma maneira de preparar uma purga iminente, a qual, naturalmente, deveria me incluir. Percebendo isso, não tomei nenhuma medida em relação às associações e deixei-as como estavam, com seus estatutos e dirigentes da época.

Em resumo, Dom Lefebvre não tinha *nenhuma* política coerente sobre o controle das propriedades quando eu pertencia à sua organização. Ele mudava constantemente esse assunto, assim como fez em todos os outros domínios.

Mas mesmo que Dom Lefebvre e os Estatutos da FSSPX tivessem estabelecido "regras" sobre a propriedade das igrejas, nenhuma teria sido obrigatória de qualquer forma. O arcebispo era um bispo aposentado que dirigia uma organização que não tinha nenhuma existência canônica. Nem ele, nem sua organização possuíam qualquer autoridade canônica para impor algo a quem quer que fosse.

Revision #4
Created 16 December 2024 23:04:48 by Admin
Updated 17 December 2024 00:20:58 by Admin